

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.236 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2001

Plenário muda penas para crimes de servidores

Substituto do senador Bernardo Cabral, aprovado ontem, altera as punições previstas no Código Penal para os crimes contra a administração pública. Entre as modificações, destaca-se a pena de reclusão de um a quatro anos para o servidor público que revelar ou usar informação privilegiada para obter vantagem econômica. O projeto volta à Câmara.

PÁGINA 3



Iris: "Uma bofetada se responde com outra bofetada"

Senadores pedem atitude firme do governo contra boicote do Canadá

Pronunciamentos do senador Iris Rezende, pedindo uma atitude enérgica do governo diante do embargo do Canadá à carne brasileira, e do senador Maguito Vilela, cobrando uma posição "rápida e dura" do presidente Fernando Henrique Cardoso, receberam muitas manifestações de apoio na sessão de ontem. Diversos outros senadores comentaram,

em apartes, o litígio comercial entre os dois países. José Alencar observou que os canadenses tratam os brasileiros "como colonos". Casildo Maldaner disse que o Canadá precisa "recuar imediatamente" e Roberto Requião considerou a ação canadense "desleal e criminoso".

PÁGINA 12



Maguito: "O presidente é quem pode virar o jogo"

SANTOS TEME MEDIDAS DOS EUA CONTRA PLACAS DE AÇO

PÁGINA 12

LOBÃO COBRA POLÍTICA CONTRA ESVAZIAMENTO DO CAMPO

PÁGINA 11



O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso (C), recebeu ontem dos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, a comenda Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional. Em solenidade no STF, Antonio Carlos disse que, por mais divergências que possa ter em relação ao Judiciário, não pode deixar de reconhecer em Velloso "um exemplo para o Brasil em dignidade, coragem e independência".

PÁGINA 2

Destaque da semana foi a aprovação de 24 MPs

PÁGINA 4

Amir Lando espera respeito às emendas dos parlamentares



Lando: receita federal permitirá cumprir emendas

PÁGINA 2

ACM recebe homenagem de todos os partidos

O final da sessão de quarta-feira do Congresso Nacional foi marcado pelas homenagens prestadas por 29 parlamentares dos mais diversos partidos ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

PÁGINAS 6 A 9

Antonio Carlos anuncia candidato "para a vitória"

Na eleição do novo presidente do Casa, diz senador, o PFL tanto poderá votar em um nome do próprio partido como apoiar um integrante de outra bancada. Somente o apoio à candidatura de Jefferson Péres está descartado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que seu partido, o PFL, terá um "candidato para a vitória" na eleição do próximo dia 14, quando será escolhido seu sucessor. Ele disse que esse candidato tanto poderá ser do seu partido como de outra agremiação. E destacou o "espírito partidário" do presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), que se dispõe a disputar o cargo para garantir a unidade dos parlamentares pefelistas.



Antonio Carlos Magalhães ressaltou o "espírito partidário" do senador Jorge Bornhausen

Antonio Carlos comentou que os entendimentos políticos em curso evoluem positivamente e a escolha do candidato a ser apoiado pelo PFL deverá recair em um nome que dará "uma posição de vitória". O senador observou que as negociações não excluem qualquer nome do seu partido, mas incluem alternativas de outras legendas. Ele ressaltou, no entanto, que esses contatos não passam pela hipótese de apoio ao candidato do Bloco Oposição, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Presidente do Supremo Tribunal é condecorado

Os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, condecoraram o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Velloso, com a Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional. Essa Ordem foi criada por decreto legislativo em 23 de novembro de 1972



O ministro Carlos Velloso foi condecorado pelos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados

para homenagear pessoas ou instituições dignas de reconhecimento pelo Poder Legislativo.

O presidente do Senado disse que, por mais divergências que se possa ter com o Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, sob a presidência do ministro Carlos Velloso, tem sido "um exemplo para o Brasil em dignidade, coragem e independência". Para Antonio Carlos, Velloso "tem uma carreira brilhante, sendo um juiz que honrou todas as togas que vestiu".

— Mas não só ele. Vejo aqui onze brilhantes ministros, todos exemplos de competência e dignidade, inclusive uma senhora (referia-se a Ellen Gracie), das mais brilhantes do país, integrada nesta alta corte. É uma tradição desta casa cumprir o seu dever. Pode até, às vezes, ser incompreendida, mas tem demonstrado ao país como se ministra a Justiça — disse o senador.

Antonio Carlos observou que gostaria de mencionar um a um todos os ministros do Supremo, mas iria limitar-se a dois, a quem homenagearia em nome de todos:

— Um deles é a figura maior desta corte, onde tanto tem servido, com

seu temperamento às vezes até fechado demais, porque é assim que ele julga que deve ser exercida a profissão — afirmou, referindo-se ao ministro Moreira Alves.

— O outro é o ministro Carlos Velloso, cuja vida e carreira falam por si próprias e que é uma das maiores figuras da Justiça brasileira — acrescentou, lembrando que, dois anos atrás, estava naquele mesmo local entregando a mesma condecoração a outro ministro, o então presidente do STF, Celso de Mello. E acrescentou que, como parlamentares eleitos, a homenagem que ele e o deputado Michel Temer prestavam a Carlos Velloso era uma homenagem do povo brasileiro.

O presidente do Supremo Tribunal Federal agradeceu a homenagem, disse que o momento é de reforma do Judiciário e que os presidentes do Senado e da Câmara são homens públicos comprometidos com a reforma.

Lando esclarece que governo não cortou as emendas parlamentares

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou ontem acreditar que o governo "irá cumprir sua parte no acordo que firmou com o Congresso", mantendo as verbas previstas nas emendas dos deputados e senadores se as receitas do combate à sonegação ultrapassarem R\$ 1,2 bilhão. O senador esclareceu que o Executivo não cortou as emendas dos parlamentares, como foi noticiado. "As emendas continuam no Orçamento e receberão verbas se

as receitas aumentarem", disse.

Lando acha natural que o Executivo tenha alterado números do Orçamento, por meio de decreto que o presidente Fernando Henrique assinou quarta-feira estabelecendo a programação orçamentária e financeira para este ano. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que presidente, governadores e prefeitos refaçam suas contas com base na arrecadação efetiva dos últimos meses. As consultorias de Orçamento e Fiscalização do Senado e da Câ-

mara estão preparando uma nota técnica sobre as mudanças feitas no projeto que saiu do Congresso.

O decreto reduziu em R\$ 7,5 bilhões a previsão de receitas não-financeiras feitas pelo Congresso. Assim, a arrecadação ficaria em R\$ 272,7 bilhões, e não em R\$ 280,23 bilhões. Portanto, o governo concordou que sua previsão de receitas estava subestimada em quase R\$ 3,8 bilhões, mas não aceitou a previsão dos congressistas, que corrigiram a estimativa em R\$ 11,3 bilhões.

Para Lando, as emendas dos parlamentares devem se concretizar na medida em que ficar claro o aumento das receitas propiciado pelo combate à sonegação fiscal.

Simon defende fortalecimento dos municípios

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou a importância do município como gerador da riqueza do país ao receber ontem o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

Ziulkoski, que é prefeito de Mariana Pimentel (RS), tratou com o senador de projetos em tramitação no Senado que são do interesse dos municípios. Simon disse, durante o encontro, que "o municipalismo está sendo esquecido, apesar de o município ser o fundamento da Federação, a célula-mater onde é pro-



Pedro Simon (D) recebeu o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski

duzida a riqueza do país".

— Ninguém mora na União, as pessoas residem nos municípios e é ali que precisam ser atendidas e as obras devem ser feitas — afir-

mou o senador, para quem os municípios têm condições de realizar obras e conduzir projetos sociais com melhor aproveitamento dos recursos.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

AGENDA
SEXTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2001

9h - Sessão não deliberativa

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovada urgência para mudança na Lei Orgânica da Seguridade Social

Requerimento de urgência para o projeto de lei que permite a punição de servidores públicos municipais, estaduais e federais que infringirem a legislação previdenciária foi aprovado ontem pelo Plenário. A matéria, que na quarta-feira recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será votada em plenário na próxima terça-feira.

O projeto, de autoria do governo federal, já foi aprovado na Câmara dos Deputados e, caso o Senado mantenha o texto, seguirá para a sanção do presidente da República. Assim, será modificado o artigo 41 da Lei Orgânica da Seguridade Social, possibilitando que o servidor autor de infrações à legislação seja diretamente responsabilizado.

O texto em vigor determina que o dirigente do órgão público

onde foi detectada a infração seja responsabilizado, impondo o imediato desconto da multa em folha de pagamento. Tanto o governo como o relator na CCJ, senador José Fogaça (PMDB-RS), consideram que o artigo que vigora é duplamente inconstitucional, pois, ao mesmo tempo em



José Fogaça considera o texto que está em vigor duplamente inconstitucional

que responsabiliza o diretor do órgão ainda que não tenha tomado parte na ilegalidade, não permite a defesa do acusado.

Arquivado projeto sobre crimes de especial gravidade

O arquivamento do projeto de lei da Câmara que define os crimes de especial gravidade, alterando a classificação dos chamados crimes hediondos, foi aprovado pelo Senado. A retirada do projeto de tramitação foi solicitada em mensagem da Presidência da República.

Ao mesmo tempo em que votou pelo arquivamento, o Plenário aceitou proposta do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da matéria na CCJ, de desamparamento do PLS nº 104, de 1995, de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que tramitava em conjunto. Cabral defendeu a medida, por considerar que o PLS nº 104 difere quase integralmente do arquivado.

Com a decisão, a proposta de Tuma, que altera dispositivo da Lei de Execução Penal no tocante ao exame criminológico e à progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade, volta a ter tramitação autônoma. O objetivo de Tuma é facilitar o trabalho dos juizes e desestimular a ação dos criminosos que empregam violência contra as vítimas, reduzindo as chances de os condenados se beneficiarem de falhas da legislação.

Servidor que usar informação privilegiada poderá ser punido

Plenário aprova alteração nas penas e tipificações de crimes contra a administração pública previstas no Código Penal

O Plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a projeto da Câmara que altera penas e tipificações de crimes contra a administração pública previstas no Código Penal. Entre as modificações propostas pelo substitutivo, que vai ser apreciado agora pela Câmara dos Deputados, destaca-se a pena de reclusão de um a quatro anos, além de multa, para o servidor público que revelar informação privilegiada ou dela fizer uso para obter vantagem econômica.

Também consta do substitutivo a definição de crime de improbidade, classificado como a utilização, autorização ou permissão para uso de eventos, programas, obras, serviços ou campanhas custeadas pelos cofres públicos para promoção pessoal ou de terceiros. Para essa infração, a pena prevista varia de seis meses a dois anos de detenção e também se aplica a quem utilizar ou autorizar o uso de equipamentos públicos sob sua responsabilidade.

Punição idêntica dirige-se ainda a quem deixar de cumprir ou



Substitutivo aprovado muda normas sobre crimes contra a administração pública. A matéria voltará a exame da Câmara dos Deputados

retardar o cumprimento de mandado ou decisão judicial para satisfazer interesse pessoal. O substitutivo reduz a pena mínima para o crime de excesso de exação (cobrança rigorosa de dívidas ou tributos) de três para dois anos, mas institui aumento de um terço na pena para contrabando de armas, munições e explosivos de uso restrito ou proibido no país.

Ainda pelo substitutivo, fica esta-

belecida pena de detenção de seis meses a três anos para quem cometer abuso de poder com uso de violência ou de grave ameaça. As mudanças aprovadas não se restringem ao Código Penal, alcançando também o Código de Processo Penal, ao permitir ao juiz afastar da função, por até quatro meses, o funcionário público acusado, sem prejuízo, entretanto, do recebimento de seus vencimentos.

Pauta do Senado na convocação extraordinária – Período: 29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001

Projeto	Assunto	Autor	Relator	Parecer	Tramitação
PLC 10, de 1996	Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Código Penal	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela inconstitucionalidade do PLC 10/96 e pelo desamparamento do PLS 104, de 1995	O Plenário aprovou ontem mensagem presidencial, acabando o pedido de retirada de tramitação do PLC 10/96. O PLS 104/95 continua tramitando normalmente
PLS 104, de 1995	Altera dispositivo da Lei de Execução Penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade	Romeu Tuma (PFL-SP)	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela aprovação, na forma do substitutivo	O substitutivo foi aprovado em plenário ontem. A matéria volta à Câmara
PLC 45, de 1998	Altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a administração pública	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela aprovação, na forma do substitutivo	O substitutivo foi aprovado em plenário ontem. A matéria volta à Câmara
PLS 292, de 1999	Dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo	Gerson Camata (PMDB-ES)	• Renan Calheiros (PMDB-AL), na CCJ, e	• Na CCJ, foi aprovado parecer de Calheiros, favorável ao PLS 614/99, na forma de substitutivo, que proíbe, com exceções, a venda de armas.	Os projetos, que tramitam em conjunto, estão na pauta da CRE. Segundo Pedro Piva, vice-presidente da CRE, a comissão não deverá realizar mais reuniões até o fim da convocação extraordinária, em 14/02
PLS 386, de 1999	Estabelece critérios para o porte de armas de fogo	Djalma Falcão (ex-senador)	• Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE	favorável ao PLS 292/99, na forma de substitutivo, que proíbe o porte, mas não restringe a venda de armas	
PLS 614, de 1999	Proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional	José Roberto Arruda (PSDB-DF)			
PLC 103, de 2000	Altera a redação da Lei Orgânica da Seguridade Social (altera a aplicação de multa a administradores públicos que atrasarem o recolhimento de contribuições ao INSS)	Executivo	José Fogaça (PMDB-RS)	No dia 05/02, o relator apresentou voto pela aprovação, sem alterações ao projeto original	O parecer foi aprovado pela CCJ no dia 7/02. Ontem, foi aprovado requerimento de urgência para a matéria, que deve ser votada na sessão do dia 13/02, às 14h30
PLC 44, de 2000	Acrescenta dispositivos à lei que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência (institui regras para facilitar a sua entrada no mercado de trabalho)	Executivo	Iris Rezende (PMDB-GO)		Na reunião do dia 7/02, a CCJ decidiu adiar a apreciação do projeto
PLS 276, de 2000 (Complementar)	Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal para uniformizar os mandatos de dirigentes do Poder Judiciário com o ano fiscal	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Ramez Tebet (PMDB-MS)		Na reunião do dia 7/02, a CCJ decidiu adiar a apreciação do projeto

Matérias apreciadas pelo Congresso Nacional na convocação

Proposição	Ementa	Resultado
MP nº 2.096-89	Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.112-88	Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.079-77	Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências	Rejeitada
MP nº 2.114-75	Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996. (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – Seguridade Social)	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.074-73	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.111-49	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.110-40	Dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.078-36	Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.053-35	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, e dá outras providências	Aprovado o PLV nº 1/2001. À sanção
MP nº 2.069-31	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências. (Conselho Nacional de Seguros Privados)	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.070-28	Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.067-26	Autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.135-24	Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.090-18	Altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.124-18	Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.125-12	Institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.106-11	Acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para dispor sobre o financiamento a projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.120-9	Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.061-4	Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.122-2	Dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.082-40	Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências.	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.068-38	Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o Imposto de Importação para os produtos que especifica, e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.098-25	Institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.105-15	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.	Aprovada. À promulgação
MP nº 2.127-6	Altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acresce dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas	Aprovado o PLV 2/2001. À sanção
MP nº 2.066-23	Altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências	Aprovado o PLV 3/2001. À sanção
MP nº 2.117-14	Acresce e altera dispositivo à Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências	Aprovada. À promulgação
PDN nº 1/2001-CN	Susta a tramitação congressual dos acordos bilaterais firmados entre Brasil e Canadá	Aprovado. À sanção

Congresso aprovou nesta semana 24 medidas provisórias

Acordo que permitiu a retomada das votações foi destaque nesse período

A aprovação de 24 medidas provisórias pelo Congresso Nacional – entre as quais a de regulamentação do Plano Real – foi o ponto alto da penúltima semana da convocação extraordinária. Um acordo firmado entre as lideranças partidárias na quarta-feira permitiu a retomada das votações em plenário e o fim do impasse que tinha paralisado as sessões, após a rejeição, na semana anterior, da medida que estabelecia o pagamento de funcionários do Poder Executivo até o quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado.

Reeditada por 73 vezes e aprovada agora, a medida provisória do Plano Real estabeleceu as regras para a desindexação da economia. O Plenário rejeitou em bloco as 43 emendas apresentadas ao texto e acolheu a versão original da medida, publicada pela última vez pelo governo em 25 de janeiro.

Na mesma sessão, foi aprovada a medida provisória que adapta a legislação brasileira de patentes ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips). Com isso, tornaram-se indeferidos os pedidos de patente no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) sobre medicamentos e pro-

duto alimentícios que não tenham sido patenteados até 1994.

Os parlamentares acolheram também a ampliação do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que se destina a regularizar débitos de pessoas jurídicas com a União.

Foi acolhida ainda pelo Plenário a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública. As outras medidas aprovadas envolvem temas como a implantação de um programa de habitação popular, o aumento do percentual de álcool na gasolina, a criação de uma gratificação de estímulo à docência e a ampliação do poder de fiscalização do governo sobre empresas seguradoras.

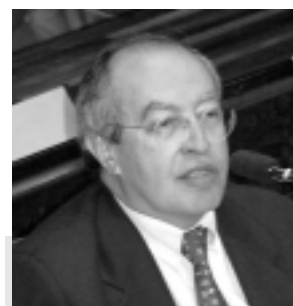
SENADO

Em sessão realizada ontem, o Senado aprovou substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a projeto da Câmara dos Deputados que altera penas e tipificações de crimes contra a administração pública.

Também foi decidido pelo Plenário o arquivamento do projeto de lei da Câmara que definia os crimes de especial gravidade e alterava a classificação dos chamados crimes hediondos no Código Penal. A retirada do projeto foi solicitada pelo governo.

Alcântara retira projeto sobre mandatos nos tribunais

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) anunciou da tribuna a retirada de projeto de sua autoria que tinha por objetivo fazer coincidir o ano fiscal com o período de mandato dos dirigentes dos tribunais. Ele informou que a decisão de retirar o projeto foi tomada



Alcântara espera que o Judiciário apresente projeto semelhante ao retirado

acolhendo pedido do ministro Carlos Velloso, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Lúcio Alcântara disse esperar que o Judiciário proponha a coincidência dos mandatos dos dirigentes dos tribunais nos mesmos moldes do seu projeto, com o objetivo de tornar viável a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segun-

do ele, é nec judiciais à do exercício financeiro, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

O senador acha que, com o ajuste proposto, as ações administrativas, elaboração de planos plurianuais, propostas orçamentárias e os relatórios financeiros dos tribunais se encaixariam na correta gestão do orçamento e na análise das finanças pelos tribunais de contas.

O Poder Judiciário não pode ser um braço do Executivo nem deve tomar decisões em sintonia com a política de qualquer governo, observou Lúcio Alcântara, que defendeu a independência da Justiça.

Mauro pede que Mato Grosso do Sul reveja proibição do amianto

Segundo o senador, decisão tomada pelo governador José Orcírio tem graves repercussões econômicas e sociais em municípios goianos

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez um apelo ao governador do Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, para que reveja a Lei nº 2.210, de 5 de janeiro deste ano, que proíbe a fabricação, o ingresso e a estocagem de produtos à base de amianto em todo território do estado, sob a alegação de que o produto é prejudicial à saúde. Os senadores Iris Rezende (PMDB-GO), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Ramez Tebet (PMDB-MS) solidarizaram-se com o orador na sessão de ontem.

Mauro Miranda fez seu pronunciamento a partir de um ofício que recebeu do prefeito da cidade goiana de Minaçu, solicitando apoio para que seja encontrada uma solução adequada à indústria do amianto, principal fonte de renda e de emprego daquele município:

— Espero que o governador tenha a grandeza de rever essa lei, por tratar-se de um ato radical e injustificado, com repercussões sociais e econômicas sérias na economia do estado de Goiás, comprometendo a vida econômica de milhares de pessoas do município de Minaçu, que depende dramaticamente da industrialização do amianto — disse.



Mauro Miranda pede "grandeza" ao governador para rever "um ato radical e injustificado"

Conforme o senador, não se trata de defender agressão ou desrespeito à saúde dos cidadãos ou ao meio ambiente. Segundo ele, a lei federal que trata da matéria (nº 9.055/95) já proíbe a extração, a produção, a industrialização, a utilização e a comercialização das variedades de amianto que podem produzir danos à saúde.

Em aparte, Iris Rezende denunciou que por trás da proibição estão os interesses de uma multinacional francesa, que produz

uma fibra sintética, concorrente do amianto. Além disso, Iris informou que a proibição decretada pela lei estadual ignorou pesquisas realizadas pela Universidade de São Paulo (USP), segundo as quais o tipo de amianto utilizado não é cancerígeno. "A USP estudou e concluiu oficialmente isso", assegurou.

O senador Maguito Vilela protestou pela maneira como os governadores de Goiás e do Mato Grosso do Sul estão encaminhando a questão. Para ele, o assunto tem de ser tratado "em alto nível". Maguito fez um apelo a Zeca do PT para que examine o assunto.

Já o senador Ramez Tebet apoiou o pronunciamento de Mauro Miranda e prometeu que vai se informar sobre o assunto para abordá-lo em outra ocasião. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que está acompanhando todo o desdobramento dessa questão e se comprometeu a solicitar informações mais completas ao governador de Mato Grosso do Sul, prometendo retomar o assunto em plenário.

Wilson requer informações sobre desestatização de malha ferroviária

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) apresentou ontem requerimento solicitando ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, informações a respeito do processo de desestatização que propiciou a transferência de exploração das malhas da Rede Ferroviária Federal para a Companhia Ferroviária do Nordeste.

Carlos Wilson observou que seu pedido foi motivado por informações da imprensa estadual de que o governo pernambucano estaria pretendendo retomar as obras da ferrovia Transnordestina, inacabada desde o Império, estando para isso contratando emprésti-



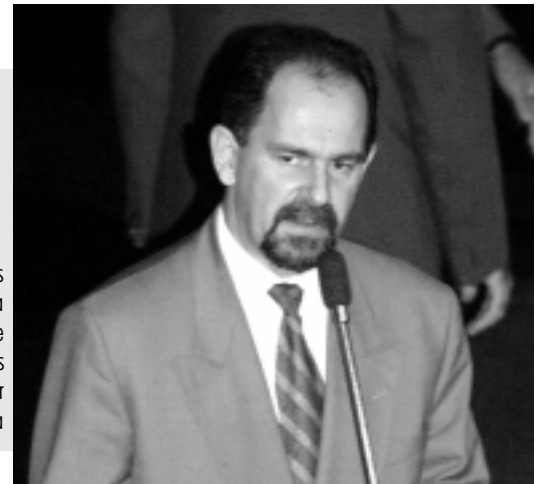
Carlos Wilson estranha interesse do governo pernambucano em retomar as obras da ferrovia Transnordestina

mos junto a instituições financeiras como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Mundial.

— É matéria de relevante interesse social saber se a exploração desse empreendimento está compreendida nos direitos da concessionária privada dos serviços ferroviários que atendem à região, anteriormente exercidos pela Rede Ferroviária Federal, fato que, em caso afirmativo, induziria a sérias dúvidas acerca da legitimidade da operação financeira — questionou Carlos Wilson.

O senador também pediu que Eliseu Padilha detalhe informações relativas a tudo o que diga respeito às obrigações dos adquirentes da concessão, tais como manutenção dos investimentos por prazo mínimo e obrigações de desempenho.

Dutra prevê prejuízos para Sergipe se a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados for privatizada



Dutra exige cumprimento de acordo contra privatização de indústria

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou ontem que Sergipe será muito prejudicado caso a Petrobras leve adiante a intenção de privatizar a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), localizada em Laranjeiras (SE). Ele cobrou o cumprimento de acordo realizado na Justiça do Trabalho, em 1993, quando a empresa, anteriormente chamada de Nitrofértil, foi incorporada como subsidiária da Petrobras.

Pelo acordo, disse o senador, pouco mais de 300 trabalhadores da Nitrofértil, que haviam ganhado ação judicial no valor de R\$ 300 milhões, abriram mão de executar a ação, desde que a empresa não fosse privatizada. O acordo, acrescentou, teve o aval do governo à época — o presidente Itamar Franco, o ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, o presidente da Petrobras, Joel Rennó, e os governadores da Bahia e Sergipe.

— Esse acordo não pode ser rasgado agora só porque houve alteração de poder. Ele não foi feito

entre pessoas, mas entre instituições — enfatizou.

Em aparte, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na época governador da Bahia, estado onde está localizada outra unidade da Fafen, em Camaçari, confirmou o relato de Dutra. Ele anunciou que acompanhará o senador petista no pleito junto às autoridades federais para que a Fafen continue com a Petrobras.

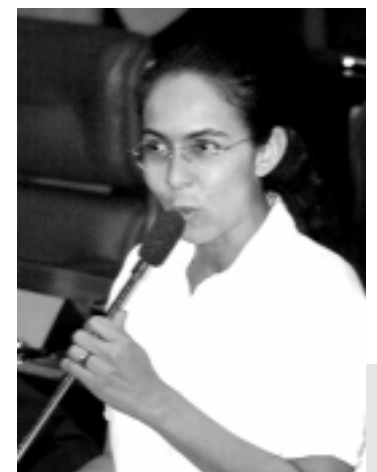
— É uma questão de justiça e, do ponto de vista econômico, não é contra o interesse nacional, afirmou.

Para Dutra, os empregados da Fafen que em 1993 receberiam cerca de R\$ 800 mil cada um, o que consistiria numa "independência financeira", ao fazer o acordo demonstraram patriotismo, desprendimento e visão de futuro. No entender do senador, a eles interessava, "para surpresa de muitos", a manutenção das atividades industriais em Sergipe, cujo encerramento teria repercussões negativas para as gerações futuras.

Heloísa Helena saúda retorno de Marina Silva

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) saudou ontem, em nome do Bloco Oposição, do PPS e do PSB, a volta ao Senado da senadora Marina Silva (PT-AC), que estava licenciada. Heloísa Helena elogiou a atuação do suplente que ocupou o lugar de Marina, o senador Júlio Eduardo (PV-AC).

— Quero testemunhar para o povo do Acre como foi importante a passagem de Júlio Eduardo pelo Senado. Foi uma convivência maravilhosa. Ele deu à Casa uma grande demonstração de solidariedade e maturidade no tempo em que esteve conosco — acrescentou a senadora.



Heloísa Helena elogiou a atuação do suplente Júlio Eduardo durante a licença de Marina Silva



Homenagem a ACM

O final da sessão de quarta-feira do Congresso Nacional foi marcado pelas homenagens prestadas por 29 parlamentares dos mais diversos partidos ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Emocionado, o senador declarou que aquele momento estava sendo um dos mais importantes de seus 50 anos de vida pública. Muitas das lideranças partidárias que se pronunciaram durante a sessão lembraram a atuação do deputado Luís Eduardo Magalhães, falecido no dia 21 abril de 1998. Filho de Antonio Carlos, o deputado presidiu a Câmara dos Deputados e era apontado como forte candidato à Presidência da República. Entre os parlamentares que elogiaram a atuação do senador à frente do Congresso Nacional estavam várias lideranças da oposição, lideranças do governo e parlamentares representantes de inúmeros estados.

ACM destaca sua luta pelo prestígio do Congresso

No encerramento da última sessão como presidente do Congresso, o senador Antonio Carlos Magalhães destacou sua intransigente defesa da soberania do Legislativo. Ele disse que procurou cumprir seu dever atendendo às reivindicações justas do Poder Executivo, mas sem aceitar qualquer subserviência do Legislativo. “Continuarei vigilante para que as melhores soluções sejam encontradas nessa convivência, na luta pelos verdadeiros interesses do país”, afirmou.

Antonio Carlos agradeceu as inúmeras manifestações de apreço e carinho de deputados e senadores presentes à sessão, tanto governistas como oposicionistas. Ele assegurou ter convivido com governo e oposição da mesma forma, “fazendo justiça, até quando a oposição estava sendo injusta”.

Para Antonio Carlos, nada foi mais comovedor do que as palavras que ligaram seu nome ao de Luís Eduardo, seu filho. Ele lembrou os exemplos de convivência e coragem que Luís Eduardo deu ao Brasil, e as oportunidades em que mostrou como se deve defender o país e o Legislativo. “Acredito mesmo que, se vivo estivesse, as recentes crises brasileiras teriam sido menores. Não estando ele conosco, hei de contribuir para que seu nome continue forte no coração de todos os brasileiros”, afirmou.

O senador manifestou sua gratidão pela generosidade de seus pares, ressaltando que a homenagem representava um dos maiores momentos de sua carreira pública de quase 50 anos. Ele prometeu que continuará atuando como parlamentar com os mesmos propósitos e dedicação que marcaram seus quatro anos na Presidência do Senado.

Ele prometeu que, enquanto viver, continuará lutando para que o Congresso tenha cada vez mais prestígio junto à opinião pública. “E isso se faz com coragem e determinação, respeitando a todos, mas com disposição para enfrentar qualquer obstáculo”, concluiu Antonio Carlos Magalhães.



Antonio Carlos Magalhães promete manter vigilância quanto aos interesses do país



Na presidência do Congresso Nacional, Antonio Carlos é homenageado por deputados e senadores

“Coragem é a marca registrada”, diz Arthur Virgílio

O deputado Arthur Virgílio, líder do governo no Congresso e primeiro orador a homenagear o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, definiu o senador baiano como “um lutador”. Ele elogiou a decisão política de Antonio Carlos de votar, a qualquer custo, o Orçamento da União para 2001 ainda no ano 2000, frisando que essa “era uma tarefa quase impossível”.

Arthur Virgílio registrou a admiração que tem por Antonio Carlos, ressaltando que o senador tem como marca registrada tomar atitudes de destemor que sempre envolvem coragem pessoal e política. Ele afirmou que o tempo de convivência com o presidente do Senado foi extremamente compensador, visto ter-lhe propiciado um grande aprendizado político.



Arthur Virgílio

Para Suassuna, condução firme viabilizou votações

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou a condução firme e serena dos trabalhos legislativos pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o que, em sua avaliação, permitiu que, na sessão do Congresso de quarta-feira, fossem votadas 24 medidas provisórias. “Tudo indicava que não seriam possíveis essas votações, mas Vossa Excelência soube como viabilizá-las”, disse.

Suassuna afirmou que muitas vezes saiu orgulhoso do plenário pelo exemplo dado por Antonio Carlos, agindo com firmeza em defesa das causas do Congresso Nacional. “Apesar das desavenças que tivemos, naturais na vida pública, nosso relacionamento durante esses quatro anos foi de muito respeito e lealdade”, garantiu.



Ney Suassuna

Odelmo Leão prevê muitas missões no Congresso

O deputado Odelmo Leão (MG), falando em nome do PPB, observou que, mesmo depois de deixar a Presidência do Senado, Antonio Carlos Magalhães terá muitas outras missões a desafiá-lo no futuro. “Meu partido quer trabalhar ao seu lado, na defesa dos interesses do Brasil e do Legislativo”, disse.

Odelmo afirmou que Antonio Carlos, nos anos em que presidiu o Senado, deixou de ser somente um grande político baiano para se transformar num dos maiores políticos brasileiros. “Tenho orgulho de dizer, lá nas Minas Gerais, que posso dialogar com Vossa Excelência, e que Vossa Excelência sempre me ouvirá com atenção de conselheiro e de homem que deseja um Brasil novo e moderno”, destacou.



Odelmo Leão

“Exemplo de luta contra corrupção”, garante Torgan

O deputado Moroni Torgan (PFL-CE), ao lembrar que sua atuação parlamentar é voltada ao combate ao crime organizado, disse que quer estar ao lado de Antonio Carlos Magalhães na luta contra a corrupção. Torgan disse ter visto nas atitudes de Antonio Carlos “um exemplo de luta contra a corrupção e a safadeza”, acrescentando que o senador fez a Justiça prosperar no Brasil.

—Seu exemplo é importante para este país. Se a Justiça alcançou quem nunca antes havia sido punido, devemos isso a sua iniciativa — assinalou. Torgan disse, ainda, ter certeza de que o deputado Luís Eduardo Magalhães, filho de Antonio Carlos, falecido em 98 depois de ocupar a Presidência da Câmara, “tem orgulho do pai e que, um dia, vai abraçá-lo e lhe dizer isso pessoalmente”.



Moroni Torgan



Arnaldo Faria de Sá

Faria de Sá agradece atenção e respeito nas sessões do Congresso

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) agradeceu ao presidente Antonio Carlos Magalhães por ter “aturado” suas interferências e por ter sempre concedido a oportunidade de ele manifestar-se nas sessões do Congresso. “Ainda que por várias vezes tenha incomodado, encaminhando e discutindo excessivamente várias medidas, sempre tive a atenção e o respeito de Vossa Excelência”, afirmou.

– Tenha certeza de que, ao prestar esta homenagem, lembro-me do saudoso presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães, meu companheiro e amigo particular, que me fez admirar e respeitar Vossa Excelência. Parabéns ao presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães – disse ainda Faria de Sá.

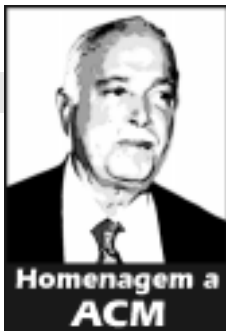


Inocêncio Oliveira

Inocêncio salienta empenho em favor do mínimo de R\$ 180

Falando como líder do PFL, o deputado Inocêncio Oliveira (PE) disse que não apenas o Congresso, mas todo o Brasil deve muito ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. “A história do país haverá de fazer justiça ao homem que tem pautado sua vida em defesa dos mais sagrados interesses do povo, que se confundem com os interesses do seu estado e com os interesses da nação”, afirmou.

O parlamentar pernambucano destacou a atuação de Antonio Carlos como presidente do Congresso, sobretudo na busca da independência do Legislativo e na construção da democracia. Inocêncio ainda ressaltou a participação decisiva do senador no aumento do salário mínimo para R\$180 e na criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.



Homenagem a ACM



Paulo Octávio

Paulo Octávio lembra luta pela criação de fundo contra pobreza

Em nome de Brasília, o deputado Paulo Octávio (PFL-DF) prestou homenagem ao presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, a quem classificou como o “grande reformador da nossa política”. O deputado lembrou que Antonio Carlos foi o criador do Fundo de Combate à Pobreza e defendeu o aumento do salário mínimo para R\$ 180. Para ele, são conquistas como essas que dignificam a carreira de um homem público e fazem com que seu nome seja lembrado como o que há de melhor na política brasileira. “A moralidade que Vossa Excelência tem buscado todos os dias terá resultado a curto prazo. Com certeza, presidente, o povo brasileiro o apóia. A busca da moralidade é o que a sociedade mais exige de nós, políticos”, concluiu Paulo Octávio.



Ricardo Barros

Barros exalta esforço na instalação da CPI do Judiciário

O deputado Ricardo Barros (PPB-PR) elogiou o trabalho e a liderança de Antonio Carlos Magalhães à frente do Legislativo. Ele destacou o esforço do presidente do Senado na instalação da CPI que investigou irregularidades no Judiciário. “Da sua iniciativa nasceu esta CPI, provocando verdadeira revolução na visão da sociedade brasileira sobre aquele Poder”, afirmou.

O deputado também prestou uma homenagem ao filho de Antonio Carlos, o ex-deputado Luís Eduardo Magalhães. “Nós, desta geração de jovens parlamentares com menos de 40 anos, espelhamo-nos na conduta de Luís Eduardo, que marcou sua passagem nesta Casa por atitudes que certamente herdou de Vossa Excelência, pois, como diz o ditado, o fruto não cai longe do tronco da árvore.”



Carlos Pannunzio

Pannunzio ressalta firmeza em busca da missão do Legislativo

Para o deputado Carlos Pannunzio (PSDB-SP), o Plenário do Congresso Nacional viveu, nos últimos dias, momentos de muita tensão e situações em que, “se não fosse a firmeza e a decisão inabalável” do presidente Antonio Carlos Magalhães de fazer com que a Casa cumprisse sua obrigação constitucional, não teria sido possível discutir, votar e aprovar 26 medidas provisórias.

– Em nome do PSDB, rendo minhas homenagens ao presidente Antonio Carlos Magalhães e a todos os partidos políticos. Instados sobretudo por Vossa Excelência, souberam se portar e perceberam que esta é a Casa do diálogo, em que a construção do consenso, havendo boa vontade e liderança firme como a de Vossa Excelência, acaba prevalecendo – afirmou o deputado.



Luiz Antonio Medeiros

Atuação do senador ajudou trabalhadores, constata Medeiros

O deputado Luiz Antonio Medeiros (PL-SP) observou que o senador Antonio Carlos Magalhães ofereceu uma contribuição decisiva para que o salário mínimo fosse elevado para R\$ 180. “Quando Antonio Carlos Magalhães empunhou essa bandeira, ela passou a ser viável e, por consequência, ganhou a opinião pública”, disse Medeiros.

Na opinião do fundador e ex-presidente da Força Sindical, a atuação de Antonio Carlos foi decisiva para que muitos brasileiros este ano disponham de melhores condições de sobrevivência. “São trabalhadores humildes, gente pobre que terá um pouco mais de pão no seu prato”, afirmou. Medeiros observou que a classe trabalhadora sempre buscou uma melhor distribuição de renda por meio da elevação do valor do salário mínimo.



Bispo Rodrigues

“Vida pública é um exemplo”, afirma o Bispo Rodrigues

Em nome dos parlamentares evangélicos do PL, o deputado Bispo Rodrigues (RJ) disse que a vida pública do presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, é um exemplo para todos. Ele acrescentou que sempre reverenciará a memória de Luís Eduardo Magalhães, “um grande amigo” que teve na Câmara, mesmo antes de ser político.

Bispo Rodrigues ressaltou que, nos momentos difíceis que a Câmara passou, Luís Eduardo sempre assumiu uma postura de orientador e conselheiro, tranquilizando os demais deputados. “Que Deus o abençoe, senhor presidente, e que continue sendo para nós esse exemplo de homem que luta pelos ideais do povo brasileiro”, completou o parlamentar.



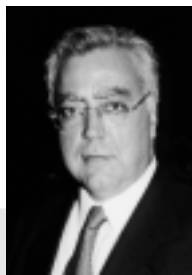
Heráclito Fortes

Heráclito Fortes ainda espera muitos serviços à nação

Ao homenagear Antonio Carlos Magalhães por sua gestão como presidente do Congresso, o deputado Heráclito Fortes (PFL-PI) manifestou sua gratidão “por ter podido adquirir com esse convívio excelentes lições de vida”. Ele destacou que ao longo dos últimos quatro anos compartilhou com o senador sorrisos nos momentos felizes e lágrimas nos de tristeza.

“Vi um homem que saiu do fundo do poço, com uma dor que abalou todo o Brasil, ensinar-nos a ter coragem e força para continuar escrevendo neste país a história que era o ideário de seu filho Luís Eduardo Magalhães”, afirmou.

Heráclito Fortes disse ainda que sua expectativa é que Antonio Carlos, encerrada a missão de presidir o Congresso, ainda preste muitos serviços à nação.



Miro Teixeira

Miro manifesta respeito a "um adversário que não é dissimulado"

Em nome do PDT, o deputado Miro Teixeira (RJ) apresentou seu respeito ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, observando que a polêmica está na essência da política. Para o deputado opositor, o político que não se entrega ao debate apaixonado está se negando ao risco que a atividade exige. Remontando à redemocratização do país, o deputado disse que esse risco Antonio Carlos correu quando em um único discurso reconheceu que o regime militar, do qual era próximo, havia caído.

— Foi quando emergiu vitoriosa a candidatura de Tancredo Neves. Essa justiça, essa reverência, temos que lhe prestar — afirmou.

O deputado referiu-se também à sucessão de Antonio Carlos na Presidência do Senado, mencionando a possibilidade de a oposição votar em um candidato do PFL ou de este partido apoiar uma candidatura de oposição. Miro Teixeira, que também prestou uma homenagem à memória do deputado Luís Eduardo, ressaltou que "é bom olhar para um campo oposto e encontrar um adversário como Antonio Carlos, que não é dissimulado".

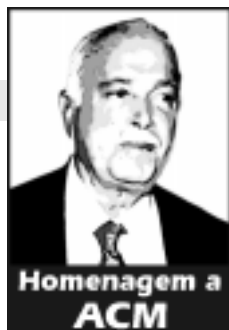


José Genoíno

Minoria foi respeitada e todos os acordos cumpridos, diz Genoíno

O respeito à atividade política, aos acordos feitos e aos direitos da minoria foi a principal característica, segundo o deputado José Genoíno (PT-SP), da gestão do senador Antonio Carlos Magalhães na Presidência do Congresso. "A disputa com Vossa Excelência se dá sempre num patamar exigente, respeitoso e no plano da dimensão política", assegurou o deputado petista.

Genoíno lembrou o período em que liderou o PT na Câmara, dizendo que mesmo em votações de grande interesse do governo Antonio Carlos manteve o respeito pela bancada minoritária. "Quando fui líder, a Presidência proporcionou o debate, deu espaço à minoria, e em momentos delicados, como o da discussão do novo mínimo, manteve tudo que foi acertado com a oposição", destacou.



Homenagem a ACM



José Roberto Arruda

Arruda aponta coragem do homem público e emoção do ser humano

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse ter aprendido muito com Antonio Carlos Magalhães, mas destacou como a maior lição do senador baiano sua capacidade de demonstrar publicamente, num momento, a coragem na luta pelas causas em que acredita e, em outro, a comoção de um ser humano que se transfigura e se emociona. Arruda se reportou ao deputado Luís Eduardo, filho falecido de Antonio Carlos, para afirmar que o senador sabe a dimensão da sua responsabilidade como homem público.

— Quero dizer a Vossa Excelência, senador Antonio Carlos, e terei a chance de fazê-lo com mais cuidado no plenário do Senado, que sua figura pública de enorme grandeza, concorde-se ou não com seus objetivos e seus métodos, perde para sua figura humana — afirmou.



Hugo Napoleão

Hugo Napoleão recorda bandeiras de ACM em favor da democracia

Do primeiro mandato de deputado federal à Presidência do Senado, as realizações de Antonio Carlos Magalhães foram detalhadas pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI). O líder pefelista lembrou bandeiras defendidas pelo jovem deputado Antonio Carlos em favor da democracia e a amizade que o unia ao ex-presidente Juscelino Kubitschek.

— O presidente Juscelino devotava admiração inconstante por este homem que é o "cavaleiro de Cervantes", que enfrenta os moinhos de vento em favor da democracia — afirmou o senador, citando também as realizações de Antonio Carlos como prefeito de Salvador e governador da Bahia e as bandeiras defendidas na Presidência do Congresso.



Roberto Brant

Brant destaca combate à pobreza e insistência em limitar as MPs

O deputado Roberto Brant (PFL-MG) ressaltou dois momentos importantes do presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães. O primeiro foi sua iniciativa de trazer ao debate a questão da pobreza no Brasil. Brant disse que o tema, que poderia ter sido iniciativa dos partidos populares ou do Executivo, concretizou-se por iniciativa do senador, que, "com coragem", conseguiu a aprovação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Outro momento culminante da presidência de Antonio Carlos, conforme Brant, foi sua insistência em aprovar a regulamentação das medidas provisórias. De acordo com o parlamentar, o Senado produziu um texto exemplar, "que ficou escondido nos porões da Câmara". Ele atribuiu à firmeza do presidente do Senado a existência de um acordo nacional em torno do tema, e lastimou que nem assim ele tenha sido aprovado.



Roberto Jefferson

Para Roberto Jefferson, coragem política é o traço mais importante

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) disse que a coragem é o mais importante traço da personalidade política de Antonio Carlos Magalhães. "Gosto de político assim: corajoso, guerreiro, que enfrenta as situações de frente e de cabeça erguida e não teme ninguém. Nem a surpresa e a dor que a vida lhe causou tiraram-lhe o ânimo da luta", afirmou.

Na avaliação do deputado, Antonio Carlos trata com emoção a política, o que resulta no reconhecimento do povo baiano. "Já fui a Salvador em 4 de setembro, data do aniversário de Vossa Excelência, e vi a cidade inteira parada. Todos, carregando faixas, vão a sua casa para saudá-lo como o maior líder da Bahia e, sem dúvida, um dos maiores do Brasil", disse.



Fernando Ferro

Ferro pede que Antonio Carlos trabalhe para esclarecer denúncias

O deputado Fernando Ferro (PT-PE) pediu que o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, trabalhe pelo esclarecimento das denúncias que têm sido feitas contra ele e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), sob pena de ver o Legislativo compactuar com o que há de mais baixo na política. "A população brasileira exige esclarecimentos sobre esses fatos, sobre fitas de vídeo e livros que tratam da vida de políticos que pertencem ao Parlamento. Meu sentimento é de que devemos buscar esclarecer esses fatos, para que as biografias de todos nós fiquem aptas a enfrentar o presente e o futuro", afirmou.

O deputado reconheceu a contribuição de Antonio Carlos para a história do país e disse que o Congresso deve à sociedade os esclarecimentos sobre as denúncias. "Ao mesmo tempo em que reconheço o seu papel na vida política nacional — e ninguém transita 50 anos na história política de um país impunemente ou com incompetência —, digo que o Parlamento, por meio de suas instituições, está a dever à sociedade uma série de explicações."



Haroldo Lima

Haroldo Lima lembra pronunciamento em defesa da Petrobras

Falando pela liderança do PC do B, o deputado Haroldo Lima (BA) lembrou um pronunciamento que o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, fez em defesa da Petrobras, quando a empresa estava ameaçada de privatização. "Ouvimos do seu filho Luís Eduardo referência a esse episódio, e ele disse que, se tivéssemos maiores problemas com a defesa da estatal, seguramente contaríamos mais com V. Ex.^a do que com ele próprio."

Haroldo Lima também destacou as vezes em que Antonio Carlos "fustigou" os chefes do Executivo e do Judiciário em defesa do Legislativo e de interesses maiores da soberania brasileira. "Nosso problema hoje é político e ideológico, pois do ponto de vista pessoal não curtimos e não cultuamos nenhum tipo de ressentimento em relação a fatos que passaram", afirmou.

Dutra vê empenho em defender soberania do Poder Legislativo

Mesmo destacando suas divergências político-ideológicas com Antonio Carlos Magalhães, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) reconheceu o empenho do presidente do Congresso na defesa da soberania do Legislativo.



José Eduardo Dutra

Ele citou o episódio da votação da medida provisória que estabelecia a cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados, quando o voto da maioria do Plenário derrubou o projeto de lei de conversão.

No entendimento de Dutra, uma análise fria do Regimento Interno sinalizaria que, derrotado o projeto de conversão, fosse votada a medida provisória original. “Mas Antonio Carlos entendeu que aquele procedimento significaria flagrante desrespeito à vontade majoritária da Câmara e colocaria o Congresso, perante a opinião pública, em posição de absoluta vassalagem ao Executivo”, afirmou.

Outro aspecto registrado por Dutra foi a condução do presidente do Senado nos fatos que culminaram na cassação do senador Luiz Estevão. “Posso afirmar com toda a certeza que, pelo fato de Antonio Carlos ser o presidente do Senado, pela primeira vez na história da República, aquela Casa, não pela vontade de atos institucionais ou de ditadores de plantão, mas pelo voto soberano e democrático, cassou um senador.”

Gabeira pede ação em contencioso com o governo do Canadá

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) pediu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que apoiasse a criação de uma comissão mista do Congresso para discutir com os parlamentares do Canadá a crise comercial criada com a proibição daquele país de importar carne brasileira, numa tentativa de resolver a crise comercial entre os dois países.



Fernando Gabeira

Gabeira ressaltou que essa seria uma oportunidade de Antonio Carlos, “mais uma vez, imprimir importante ação, já que o governo brasileiro ainda não sabe coordenar o país para agir nesse caso”. Essa seria, disse o deputado, “apenas mais uma decisão de Vossa Excelência num país que, como sabemos, é muito carente de grandes decisões”.

Para ele, a comissão teria a oportunidade de, se não resolver o problema, pelo menos dizer à opinião pública canadense que não há mal da vaca louca no Brasil e que os negócios brasileiros não podem ser prejudicados.

Clementino: “Um exemplo de luta e determinação”

O Nordeste precisa de desenvolvimento, investimentos e infra-estrutura e foi o que Antonio Carlos Magalhães levou à região, afirmou o deputado Clementino Coelho (PPS-PE) durante a sessão do Congresso da última quarta-feira. Para o deputado, este é o exemplo que deve ser dado ao país. “No Semi-árido não cabe muito discutir ideologias, doutrinas e patulhamento, mas aproveitar a oportunidade, fazer a hora. Antonio Carlos fez isso e a Bahia já o está julgando”, analisou o deputado.



Clementino Coelho

Ainda segundo o parlamentar do PPS, a trajetória política de Antonio Carlos apresenta lições de administração pública.

— Que esse exemplo administrativo de operacionalidade, luta, determinação, emoção por sua terra e por sua causa, seja impregnado naqueles que têm a obrigação de transformar o Brasil em um só país e de dar ao nordestino, ao povo do Semi-árido, a condição de cidadão de primeira categoria — disse o deputado.

Mercadante resalta franqueza e a virtude de cumprir promessas

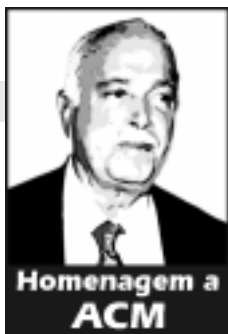
O então líder do PT na Câmara, deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), ao fazer um balanço de sua convivência com o presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães, disse que o senador, apesar de agir com “autoritarismo e intransigência, tem a virtude política de dizer a verdade e não correr dos problemas, e cumpre o que promete”.

— Aprendi na relação com Vossa Excelência que há homens públicos que cumprem o que negociam e outros, não. Vossa Excelência faz parte do primeiro time. Essa é uma qualidade rara na vida pública e nós temos que reconhecer isso — afirmou.

Mercadante elogiou a atuação de Antonio Carlos Magalhães nas discussões em torno da fixação do salário mínimo em R\$ 180 e da criação do Fundo de Combate à Pobreza, lembrando que o senador juntou-se à bancada oposicionista do PT nessa luta.



Aloizio Mercadante



Homenagem a ACM

Para Souto, espírito público e amor ao país são as principais marcas

O senador Paulo Souto (PFL-BA) destacou que a atuação de Antonio Carlos Magalhães à frente do Legislativo está sendo, para toda a nação, um exemplo de espírito público e de amor ao Brasil. Ele disse ter assistido com emoção a todas as homenagens prestadas pelos parlamentares.

— Cada um dos baianos, neste momento, continua dando a força que Antonio Carlos tem merecido ao longo de sua vida pública, para enfrentar as grandes lutas que tem enfrentado, com a mesma coragem e determinação, sempre pensando neste país e na sua Bahia — afirmou, acrescentando que a homenagem era em nome de todos os baianos.

Tilden quer apoio para a revitalização do rio São Francisco

O deputado Tilden Santiago (PT-MG) disse que assinava embaixo das palavras de seus colegas, especialmente os da oposição que, ao manifestarem seus sentimentos, reconheciam seu valor como homem público.

O deputado fez um apelo ao presidente do Senado para que não abandone a luta em defesa da revitalização do rio São Francisco. Ele lembrou que muitos parlamentares estão nesta luta, que inclui a revitalização de toda a bacia do São Francisco, e disse que esperava contar com a força de Antonio Carlos. “Para conseguirmos resultados nessa luta, precisamos de gente com a sua têmpera”, afirmou.

Arnaldo Madeira diz que Antonio Carlos “salvou convocação”

Para o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), o senador Antonio Carlos Magalhães foi o “comandante que salvou a convocação extraordinária”. Ele explicou que foi graças à



Paulo Souto



Tilden Santiago

ação e à determinação de Antonio Carlos, juntamente com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP) e demais líderes partidários, que foi possível aprovar, quarta-feira, 24 medidas provisórias.

Arnaldo Madeira acrescentou que todo o trabalho desenvolvido por Antonio Carlos à frente do Congresso certamente “deixará frutos”. Ele ressaltou a admiração e o respeito que nutre pelo presidente do Senado, manifestando sua certeza de que, durante a sessão legislativa que vai se iniciar, continuarão a dialogar sobre a política do país.



Arnaldo Madeira

Pedro Fernandes lança candidatura de ACM à Presidência

Ao discursar na sessão em que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi homenageado, o deputado Pedro Fernandes (PFL-MA) lançou sua candidatura à Presidência da República. “Vossa Excelência é o homem certo para tal posição”, disse ele.

O deputado afirmou que Antonio Carlos deveria percorrer o país, levando a gravação da sessão do Congresso em que foram aprovadas 24 medidas provisórias, para mostrar a todos a determinação de um presidente em liderar trabalhos legislativos e o respeito que todos lhe dedicam. Para Fernandes, “o Brasil precisa de um presidente da República que goste da pobreza, tenha coragem, valentia e determinação como é o caso de Antonio Carlos Magalhães”.

Furlan revela que “grito” do senador é fonte de inspiração

O deputado Rubens Furlan (PPS-SP) lembrou que foi eleito pelo PFL, inspirado na coragem do senador Antonio Carlos Magalhães. “A coragem e a experiência de Vossa Excelência fazem com que eu me mantenha firme e alimentado neste Parlamento”, afirmou o deputado.

Furlan observou que, às vezes, um político de primeira legislatura acha que não deve levantar determinados temas. “Mas no momento em que Vossa Excelência, ao defender a Bahia, ao defender o Parlamento, dá o grito, fico pensando por que não gritar da mesma forma para alertar aqueles que não defendem o nosso país da forma como deviam”, argumentou o deputado.



Pedro Fernandes



Rubens Furlan

Cultura ganha mais espaço na TV Senado

Convênio com a Fundação Joaquim Nabuco garante a apresentação de *Brincantes Nordestinos*, um resgate da memória do carnaval do Nordeste, retratando o maracatu e o caboclinho

A cultura brasileira ganha mais espaço na TV Senado. *Brincantes Nordestinos – Maracatus e Caboclinhos* é o programa de estréia do convênio firmado com a Fundação Joaquim Nabuco, do Ministério da Cultura. O vídeo integra a série *Manifestações Culturais*, um resgate da memória do carnaval nordestino, que retrata o maracatu e o caboclinho.

Na seqüência, já está programada a exibição de *Soltos na folia e Lá vem o frevo*, fechando o período de carnaval. O sociólogo Gilberto Freyre é o tema dos três programas seguintes, culminando com a exibição de *Gilberto Freyre: o redescobridor do Brasil*, para celebrar seu aniversário de nascimento, no dia 15 de março. A TV Senado vai exibir *Brincantes Nordestinos – Maracatus e Caboclinhos*, às 9h e às 19h, amanhã e domingo.

O programa *Espaço Cultural* exibe amanhã e domingo, às 14h30, a segunda parte do *show* de encerramento da 23ª edição do Curso de Verão da Escola de Música de Brasília, realizado na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional, que reuniu os melhores chorões do país.

No programa *Teatro Arthur Azevedo* é a vez do espetáculo *Salve Amizade*. Indicado para os prêmios Shell, Mambembe e Sharp, a peça traz histórias nas quais paixões antigas ainda sustentam a ilusão de que o amor sempre vale a pena. Flávio Marinho é o autor e diretor, e no elenco estão Alice Borges, Giuseppe Oristânio, Ângela Vieira, Paulo César Grande e Claudia Mauro. O programa é exibido amanhã e no domingo, às 21h15.

O programa *Quem tem medo da música clássica?* deste fim de semana apresenta a segunda e última parte da sinfonia *Do mundo Novo*, do compositor tcheco Antonín Dvořák. A Orquestra da Rádio da Baviera executa a peça sob a regência do maestro Lorin Maazel. O senador Artur da Távola explica ao telespectador cada movimento e fala um pouco da vida do compositor. O programa vai ao ar amanhã, às 10h, 18h e 24h, e no domingo, às 10h e 18h.

As recentes novidades sobre infarto do miocárdio serão discutidas no programa *De coração*, produzido pela Sociedade Brasileira de Cardiologia e exibido pela TV Senado. O programa vai ao ar amanhã e no domingo, às 9h30.

O programa *Agenda Econômica* deste fim de semana aborda a questão “glo-

balização e pobreza”. O jornalista Helival Rios recebe Roberto Piscitelli, presidente do Conselho Regional de Economia do DF, que fala, entre outras coisas, sobre as discussões ocorridas no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, e sobre o papel da iniciativa privada e do Estado. O programa *Agenda Econômica* é exibido amanhã, às 6h30 e 13h30, e domingo, às 19h30.

Criatividade e Inovação é o tema do programa *Entrevista Especial* que a TV Senado exibe amanhã e domingo, às 11h e 23h. Fernando Cesar Mesquita conversa com Antônio Car-

O maracatu e o caboclinho, tradições do carnaval nordestino, são retratados no programa



los Teixeira da Silva, especialista em criatividade e inovação, sobre as maneiras de se inovar na vida pessoal e no trabalho e sobre a importân-

cia da criatividade no momento de resolver problemas e aproveitar oportunidades. O programa é reprisado na segunda-feira, às 11h.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *Cores do Brasil* – Índios krahôs
6h30 – *Cidadania* – Sen. Júlio Eduardo e a presidente do CTNBio, Leila Macedo Oda, falam sobre alimentos transgênicos
7h30 – *Entrevista* – Dr. Carlos Eduardo Sanchez, presidente do grupo Pró-Genéricos, fala sobre os medicamentos genéricos
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *Saúde/Unip* – Feridas que não cicatrizam
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
12h30 – *Entrevista* – Dr. Carlos Eduardo Sanchez, presidente do grupo Pró-Genéricos, fala sobre os medicamentos
13h – *Cores do Brasil* – Índios apinayés
13h30 – *Debate* – Sen. Geraldo Althoff e Fátima Moura, coordenadora de Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, falam sobre o aleitamento materno
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h – *Quem tem medo da música clássica?* – Sinfonia nº 09 – *Do Novo Mundo*, de Antonín Dvořák – Parte 2
19h – *Cores do Brasil* – Índios krahôs
19h30 – *Cidadania* – Sen. Júlio Eduardo e a presidente do CTNBio, Leila Macedo Oda, falam sobre alimentos transgênicos
20h30 – *Entrevista* – Dr. Carlos Eduardo Sanchez, presidente do grupo Pró-Genéricos, fala sobre os medicamentos genéricos
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Canal Médico* – diarreia aguda – fisiopatologia
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Cantando Hollywood
0h – *Revista Brasília*

SÁBADO

1h – *Debate* – Sen. Geraldo Althoff e Fátima Moura, coordenadora de Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, falam sobre o aleitamento materno
2h – *Saúde/Unip* – As Santas Casas
2h30 – *Jornal do Senado*
3h – *Cores do Brasil* – índios xerentes
3h30 – *Entrevista* – Sen. Ramez Tebet fala sobre os fundos constitucionais
4h – *Saúde/Unip* – as Santas Casas
4h30 – *Jornal do Senado*
5h – *Canal Médico* – Saúde, mitos e verdades – Diabetes
6h – *Cores do Brasil* – Índios karajás
6h30 – *Agenda Econômica* – Roberto Piscitelli, presidente do Conselho Regional de Economia/DF, fala sobre globalização e pobreza

7h30 – *Entrevista* – Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *Cores do Brasil* – Índios krahôs
9h – *Manifestações culturais* – Brincantes nordestinos: maracatus e caboclinhos
9h30 – *De Coração* – Recentes novidades sobre infarto do miocárdio
10h – *Quem tem medo da música clássica?* – Sinfonia nº 09 – *Do Novo Mundo*, de Antonín Dvořák – 2ª parte
11h – *Entrevista Especial* – Antônio Carlos da Silva fala sobre criatividade e inovação
12h – *Jornal do Senado*
12h30 – *Entrevista* – Sen. Ramez Tebet fala sobre os fundos constitucionais
13h – *Cores do Brasil* – Índios karajás
13h30 – *Agenda Econômica* – Roberto Piscitelli, presidente do Conselho Regional de Economia/DF, fala sobre globalização e pobreza
14h30 – *Espaço Cultural* – “Os Chorões” – parte 2
15h30 – *Cores do Brasil* – Índios krahôs
16h – *Entrevista* – Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo

bancário

16h30 – *Saúde/Unip* – As Santas Casas
17h – *Revista Brasília* – Nº 19
18h – *Quem tem medo da música clássica?* – Sinfonia nº 09 – *Do Novo Mundo*, de Antonín Dvořák – Parte 2
19h – *Manifestações culturais* – Brincantes nordestinos: maracatus e caboclinhos
19h30 – *Canal Médico* – Medicina em debate – Epilepsia na infância
20h30 – *Entrevista* – Sen. Ramez Tebet fala sobre os fundos constitucionais
21h – *Jornal do Senado*
21h15 – *Teatro Arthur Azevedo* – Salve amizade
23h – *Entrevista* – Antônio Carlos da Silva fala sobre criatividade e inovação
0h – *Quem tem medo da música clássica?* – Sinfonia nº 09 – *Do Novo Mundo*, de Antonín Dvořák – Parte 2

DOMINGO

1h – *Cidadania* – Sen. Júlio Eduardo e a presidente do CTNBio, Leila Macedo Oda, falam dos alimentos transgênicos
2h – *Saúde/Unip* – O álcool e a sociedade – Parte 1
2h30 – *Jornal do Senado*
3h – *Cores do Brasil* – Índios apinayés
3h30 – *Entrevista* – Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Médico explica cirurgia para reduzir estômago

A gastroplastia – cirurgia de redução do estômago – é o tema da palestra que o médico Leonardo Emílio da Silva profere hoje, às 20 horas, no Auditório Petrônio Portella do Senado. Leonardo Emílio é um dos maiores especialistas brasileiros nesse tipo de cirurgia, que consiste na diminuição do volume do estômago por meio da implantação de grampos de titânio.

O resultado, segundo o cirurgião, é a redução de 1.500 ml – que é a capacidade natural do estômago – para cerca de 30 ml.

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
9h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h – *A Voz do Brasil*
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste

Lobão pede política justa para o meio rural

Sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, adverte o senador, as populações do campo têm sido negligenciadas e acabam esvaziando o interior do país e se transferindo para os centros urbanos, em prejuízo da produção agropecuária nacional



Ramez Tebet diz que o *Correio do Estado* teve "papel fundamental" na história de seu estado

Ramez Tebet homenageia jornal de Mato Grosso do Sul

Os 47 anos de existência do jornal *Correio do Estado* foram registrados ontem em plenário pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). "Assim como a liberdade de imprensa é fundamental para a democracia, asseguro que o *Correio do Estado* sempre esteve a serviço das causas democráticas em Mato Grosso do Sul e no país", declarou.

Segundo Tebet, a trajetória do veículo de comunicação confundiu-se com a própria história do estado. "O *Correio do Estado* teve um papel fundamental na divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul", afirmou, lembrando que suas páginas documentaram feitos memoráveis da população sul-mato-grossense ao longo de quase meio século.

Grande parte das realizações atribuídas ao jornal é creditada por Ramez Tebet ao seu fundador, J. Barbosa Rodrigues. O ideal lançado por Rodrigues, disse o senador peemedebista, vem sendo levado adiante por seu filho, Antônio João, "que tem contribuído para tornar esse importante órgão de imprensa motivo de orgulho para todos no estado".

— Nesses 47 anos, o *Correio do Estado* jamais perdeu sua perspectiva regional, mantendo-se pela coerência de sua linha editorial. Com idealismo e amor ao Brasil, a família Barbosa Rodrigues escreveu a história do veículo, que é marcada pelo destemor, pela coragem e pela determinação — afirmou Ramez Tebet.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) recomendou ontem maior atenção do poder público brasileiro para com as populações que habitam o meio rural, particularmente nas regiões Norte e Nordeste, que ainda mantêm as maiores proporções de população no campo, com 30,3% e 31%, respectivamente.

Na opinião do senador, é a negligência em relação a essas comunidades que explica as altas taxas de urbanização rapidamente atingidas pelo país, com a decorrente ampliação dos problemas de infra-estrutura e agravamento das condições de vida da maioria dos brasileiros. Hoje com cerca de 170 milhões de habitan-



Edison Lobão defende maior assistência à população rural em áreas como saúde, crédito e lazer

tes, o Brasil tem 81,2% da população residindo nas cidades, ressaltou Lobão.

Não é do interesse nacional o esvaziamento dos campos produtivos, afirmou o senador, sustentando que a população rural deve ter acesso a sementes, cré-

dito fácil, orientação na área de planejamento familiar, lazer e informação. Essas condições para a melhoria da situação socioeconômica do campo nada têm de utópicas, insistiu Lobão.

Em sua opinião, a experiência vivida pelos países africanos deve

servir de alerta para o Brasil. Lá, devido à ausência de políticas demográficas e de condições de vida adequadas, morreram 11,7 milhões de pessoas infectadas pelo vírus da Aids, conforme levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU) até 1997.

Lobão elogiou o trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Censo 2000 e o Índice de Desenvolvimento Infantil elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). No seu entender, essas são fontes de informação imprescindíveis para que o poder público trace políticas específicas, dirigidas às diferentes populações do país.

Cândido quer reabertura de processo contra capitão da Aeronáutica

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) pediu a reabertura pela Justiça Militar do caso do cadete da Aeronáutica Márcio Lapoente da Silveira. No dia 9 de outubro de 1990, o cadete desmaiou durante treinamento na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ). Em vez de socorrê-lo, o tenente Antônio Carlos de Pessoa, chefe da operação, começou a chutá-lo, para obrigá-lo a se levantar. Horas depois, já no Hospital Central do Exército (HCE), no Rio, Márcio morreu, lembrou Cândido.

O senador considera um absurdo que, pelo tratamento dispensado ao seu comandado, o tenente Pessoa tenha sido condenado pelo Superior Tribunal Militar a uma pena de apenas três meses de prisão, por "maus-tratos a inferior", e ocupe hoje o posto de capitão. Segundo Geraldo Cândido, o então tenente não apenas se omitiu no socorro a Márcio, como também o chutou violentamente, o que pode ter con-

tribuído para a sua morte. Só a omissão de socorro deveria levar o militar a ser condenado por homicídio culposo, sustentou o parlamentar.

— Três meses de prisão é uma pena muito branda para um crime tão bárbaro. Se um servidor público subtrai um objeto da repartição é demitido. Não é justo que se dê mais valor a um bem material que à vida — argumentou Cândido.

O senador citou outros casos de negligência ou erro de autoridade. Um deles foi a queda do alambrado do estádio de São Januário, no Rio, durante o jogo que decidiria a Copa João Havelange, em dezembro de 2000. No acidente, segundo Cândido "provocado pela irresponsabilidade dos dirigentes do Vasco da Gama", 159 pessoas foram feridas. Lembrou ainda "a tragédia cotidiana dos casos de dengue, devidos, entre outras causas, à demissão de servidores públicos que cuidavam da erradicação dos focos do mosquito transmissor da doença".



Cândido responsabiliza o hoje capitão Antônio de Pessoa pela morte do cadete Márcio Lapoente

Tuma lembra delegado morto por quadrilha de aparelhos celulares

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) prestou homenagem ao delegado paulista Oscar de Matos Neto, assassinado no último dia 31, quando tentava, com sua equipe, prender integrantes de uma quadrilha que roubara um carregamento de telefones celulares de uma transportadora. Classificando o delegado de "herói", Tuma relatou as circunstâncias do crime e criticou o que denominou de

"nova criminologia", a seu ver, "excessivamente preocupada com os direitos dos delinquentes".

De acordo com seu relato, os policiais em ação foram surpreendidos por outros integrantes do bando, que utilizaram suas AR-15, "não lhes dando tempo de reagir". Para Tuma, a morte do delegado Oscar de Matos Neto é emblemática, ao demonstrar a força das quadrilhas especializadas no roubo de cargas, "tão ou mais organizadas que o narcotráfico".

O senador considerou oportuno o funcionamento da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas, da qual é presidente, que deve encerrar os trabalhos no fim do ano. Ele lembrou que a CPI, em



O senador Romeu Tuma critica o que chama de uma "nova criminologia", que tenderia a privilegiar "os direitos dos delinquentes"

seis meses de atuação, realizou vinte audiências públicas, ouviu mais de 40 depoentes, visitou diversas cidades para a realização de audiências e provou que é possível atingir o objetivo de desarticular em larga escala as quadrilhas de roubo de cargas.

Romeu Tuma salientou que a CPI quebrou o sigilo telefônico, bancário e fiscal de diversos acusados, tendo efetuado prisões por falso testemunho e por tentativas de obstrução dos trabalhos. Além disso, conseguiu obter a colaboração de ex-integrantes de quadrilhas e está no caminho de dismantlar, mediante investigações, grandes redes de receptação, suborno e corrupção envolvendo o roubo de cargas.

Iris defende ação mais enérgica diante do Canadá

Senador afirma que diplomacia brasileira é respeitada, mas falha na reação ao boicote da carne brasileira iniciado pelos canadenses, com a adesão dos demais integrantes do Nafta. “Uma bofetada se responde com outra bofetada”, recomenda

De maneira veemente, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) cobrou do governo brasileiro atitude mais enérgica frente à proibição canadense de importação da carne brasileira. “Peço ao presidente Fernando Henrique Cardoso que determine a seus ministros um comportamento à altura do problema que a pecuária está vivendo”, afirmou ontem no plenário. De acordo com o senador, a diplomacia brasileira usufrui de grande respeito, mas está falhando neste caso. “Uma bofetada se responde com outra bofetada”, disse.

Iris entende que o Brasil não pode aceitar a situação, que prejudica mais diretamente a economia dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, responsáveis por 50% do rebanho brasileiro. “Em um caso como este, a diplomacia brasileira precisa expressar suas ações por meio de cotoveladas. O Canadá tem de aprender a respeitar um país de 160 milhões de pessoas. Temos dignidade, amor próprio, merecemos respeito”, afirmou.

O gesto canadense de proibir a entrada de carne brasileira naquele país, sob a alegação de que um pedido de informações não havia sido respondido a tempo pelo governo brasileiro, foi considerado criminoso pelo senador. Na sua opinião, tal argumento não passou de pretexto usado pelo Canadá para atingir a economia brasileira por causa da disputa comercial entre as empresas de aviação Embraer, brasileira, e Bombardier, canadense.

— Quem vai saldar os débitos dos pecuaristas e frigoríficos? — questionou Iris, que relatou um ambiente de revolta em Goiás. Segundo ele, seria fácil organizar em 48 horas um protesto que poderia levar mais de um milhão de goianos às portas da embaixada canadense. “A doença da vaca louca assola os rebanhos europeus. Nunca o rebanho brasileiro foi ou será alimentado com vísceras de animais”, disse.

Para Iris Rezende, o Canadá jogou por terra um passado de consideração comercial e diplomática ao determinar o veto à carne brasileira.



Iris acusa o Canadá de jogar por terra um passado de consideração comercial e diplomática

Como exemplo dessa boa relação, ele citou a entrega, àquele país, dos seqüestradores canadenses do empresário Abílio Diniz, condenados no Brasil. Para o senador, o mais grave é que o boicote à carne brasileira tem repercussão em outros países, começando pelos demais integrantes do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) — Estados Unidos e México —, do qual o Canadá é signatário, seguidos pelo Irã, podendo prejudicar o Brasil em todo o mundo. Ele enfatizou que o cenário já resultou em queda do preço da carne.

Senadores apóiam exigência de atitude firme do governo

O discurso do senador Iris Rezende (PMDB-GO) pedindo uma atitude mais enérgica do governo brasileiro frente à proibição de importação de carne brasileira pelo Canadá recebeu apertados de diversos senadores. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) acredita que a verdadeira causa da atitude canadense é o potencial do Brasil para tornar-se o maior produtor mundial de alimentos. A pecuária brasileira, afirmou, tem avançado e é um dos setores que mais se têm modernizado no país, por ter recebido investimento de grandes grupos econômicos.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) apoiou a cobrança de Iris Rezende de uma reação mais forte do governo federal contra o Canadá. Na avaliação do senador Ro-

berto Requião (PMDB-PR), o Canadá está agindo de forma desleal e criminosa, e o Brasil está abrindo a guarda. Ele afirmou que globalização significa transportes rápidos e telecomunicações eficientes, mas, observou, “o que vemos hoje é submissão”. Para o senador, o país vem aceitando muitas imposições estrangeiras.

O senador José Alencar (PMDB-MG) afirmou que a situação criada pelo Canadá pode prejudicar o comércio da carne brasileira em todo o mundo. “Temos aqui muitas empresas canadenses e tratamos bem essa gente que nos trata como colonos”, afirmou. O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cobrou do presidente Fernando Henrique a exigência de uma posição firme da diplomacia brasileira na questão.

Maguito Vilela cobra posição do presidente

Ao protestar contra as consequências do boicote do Canadá à importação de derivados da carne bovina brasileira, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) conclamou o presidente Fernando Henrique a pronunciar-se sobre a questão.

— O presidente brasileiro, que se vangloria de seu largo prestígio internacional e sua experiência no campo da diplomacia, precisa sair do banco de reservas. É ele que tem as condições de virar o jogo. Mas precisa deixar os bons modos de lado e ser rápido e duro, porque estamos perdendo de goleada — afirmou.

De acordo com Maguito, o preço do boi gordo despencou na última quarta-feira, com a maior queda — entre 5% e 10% — em Goiás. A demora na busca de uma solução, ressaltou o senador, gera instabilidade no mercado interno e aumenta o risco de um possível efeito cascata, com a adesão de outros países importadores ao boicote.

O senador informou que, segundo pecuaristas de Goiás, países como a Inglaterra e a Holanda começaram a estudar a possibilidade



Para Maguito Vilela, presidente precisa “deixar bons modos de lado” e agir com rapidez

de adotar barreiras à carne brasileira. Ele disse que, se para o Brasil como um todo a confirmação dessa notícia seria desastrosa, para estados como Goiás, cuja exportação de carne dirige-se quase 100% à Europa, certamente significaria “uma quebradeira geral”.

Maguito afirmou que a decisão do Canadá é política, como represália pela guerra entre as empresas fabricantes de aviões Embraer e Bombardier, e censurou a morosidade da reação brasileira. Para ele, o boicote prosperou porque “houve falhas do governo brasilei-

ro”, que teria atrasado o envio dos documentos contendo as informações solicitadas pela agência de inspeção sanitária canadense.

Na opinião do senador, o governo brasileiro deve buscar obter um posicionamento oficial e definitivo do governo norte-americano sobre a questão, já que os Estados Unidos tiveram de aderir ao boicote em função das regras comerciais do Nafta.

ALCA

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) concordou com Maguito e afirmou que o Canadá “precisa recuar imediatamente e assumir, publicamente, que estava errado”. Ele acrescentou que por trás do boicote canadense é provável que exista a intenção dos Estados Unidos de precipitar a entrada do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Para o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), a ação do governo brasileiro deve ser a mais pronta possível. “No entanto, se os canadenses reconhecerem que estavam errados, colocaremos uma pedra em cima do assunto”, disse o senador.

EUA podem adotar medidas contra placas de aço, diz Santos

Tecnologicamente atrasada e acostumada a proteção excessiva, a indústria siderúrgica norte-americana conseguiu do governo dos Estados Unidos a realização de estudos que podem resultar em medidas contra a importação de placas de aço da



Ricardo Santos: americanos protegem indústria decadente

indústria brasileira. O alerta foi feito ontem pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Ele disse que o Brasil exporta anualmente US\$ 630 milhões em produtos siderúrgicos, sendo US\$ 548 milhões em peças semi-acabadas, objeto dos estudos que foram iniciados no fim do governo Clinton, a pedido do Congresso norte-americano. O crescimento da venda dessas placas, continuou o senador, deu-se justamente em razão da decadência dos produtores de lá, conforme análise publicada pela revista *The Economist*.

Ricardo Santos afirmou ter solicitado oficialmente aos mi-

nistérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que atuem junto ao governo norte-americano, à Organização Mundial do Comércio e a outros organismos multilaterais no sentido de acom-

panhar o processo de investigação e impedir qualquer sanção que fira os tratados do comércio internacional e atinja os interesses da indústria siderúrgica brasileira.

— O protecionismo americano em relação ao aço tem sido um dos principais problemas que eles têm enfrentado em negociações comerciais, contribuindo para enfraquecer os argumentos a favor do livre comércio em outras áreas de seu interesse — disse o senador.

Para Ricardo Santos, o comércio internacional deve funcionar como uma via de duas mãos para que possa existir e crescer.